



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO

MESTRADO EM FINANÇAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**RELAÇÃO ENTRE A CARGA FISCAL E A POUPANÇA DOS
AGREGADOS FAMILIARES, EM SEDE DE IMPOSTO
SOBRE O RENDIMENTO**

HELENA ISABEL LOPES GONÇALVES

SETEMBRO 2012



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM FINANÇAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**RELAÇÃO ENTRE A CARGA FISCAL E A POUPANÇA
DOS AGREGADOS FAMILIARES, EM SEDE DE IMPOSTO
SOBRE O RENDIMENTO**

HELENA ISABEL LOPES GONÇALVES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR FRANCISCO JOSÉ DUARTE NUNES

SETEMBRO 2012



Resumo

Neste estudo pretende-se analisar se existe alguma correlação entre a carga fiscal, nomeadamente no que se refere aos impostos sobre os rendimentos (tipicamente o IRS – imposto sobre os rendimentos singulares), com a poupança nos agregados familiares. Este estudo incide sob uma análise comparativa de países europeus, Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Suécia e Hungria, juntamente com literatura para fundamentar os comportamentos dos agentes. Os resultados apontam para a impossibilidade de afirmar a existência de uma relação explícita entre a tributação do rendimento e a poupança e a demonstração de que se deve analisar particularmente cada caso, evitando uma extrapolação generalista.

Keywords: impostos, poupança, rendimentos, Europa

Abstract

The present study aims to analyze if exist some correlation between tax burden, particularly in respect to the income taxes (typically the IRS – Personal Income Tax), with savings in households. This study focuses on a comparative analysis of European Countries (Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Suécia and Hungria), with literature to support the behaviors of agents. The results point to the impossibility of asserting the existence of an explicit relationship between income tax with savings, also due the demonstration that one must analyze each case in particular rather than extrapolate to the general.

Keywords: taxes, savings, income, Europe



Índice

Resumo.....	3
Abstract	3
1. Introdução.....	5
2. Enquadramento teórico e Revisão de literatura.....	7
2.1 O Sistema Fiscal, a Poupança e o Modelo do Ciclo de Vida	7
2.2 Motivos de Poupança.....	13
2.3 Justiça e Equidade Fiscal	14
2.4 Rácios da poupança.....	15
2.5 Elasticidades dos impostos e poupanças	17
3. Contextualização da metodologia.....	18
3.1 Portugal	20
3.2 Espanha	21
3.3 França.....	22
3.4 Reino Unido.....	22
3.5 Suécia	23
3.6 Hungria.....	23
4. Metodologia.....	24
5. Dados.....	25
5.1 Esforço fiscal em Portugal.....	29
5.2 A poupança bruta e a poupança líquida nos países seleccionados	31
6. Resultados.....	34
7. Discussão e Conclusão.....	38
Referências.....	41
Anexos.....	44

Índice de Gráficos

1. Gráfico 1: Modelo do Ciclo de Vida	9
2. Gráfico 2: Progressividade dos impostos	12
3. Gráfico 3: Receita Fiscal e Taxa de Imposto por tipo de Actividade Económica	25
4. Gráfico 4: Taxa máxima de imposto sobre o rendimento singular	27
5. Gráfico 5: Índice de Esforço Fiscal para Portugal, 1995-2006	29
6. Gráfico 6: Despesa Fiscal em Benefícios Fiscais	30
7. Gráfico 7: Poupança Bruta (em % do rendimento disponível bruto)	32
8. Gráfico 8: Poupança Líquida (em % do rendimento disponível líquido)	32

Índice de Quadros

1. Quadro 1: Nível de Fiscalidade	28
2. Quadro 2: Despesa Fiscal em IRS (em milhões de euros)	30
3. Quadro 3: Quadro síntese de alguns indicadores importantes	37

1. Introdução

“Fiscal policy is back. (...) Fiscal policy must be more effective at times when credit and liquidity constraints are tighter, because firms and households spending decisions are more dependent on current income.”

Giancarlo Corsetti, VOX EU, 11 de Fevereiro, 2008

O tema proposto para tratar neste trabalho é a relação entre a carga fiscal, em sede de imposto sobre o rendimento, e a poupança nos agregados familiares (poupança privada). Considera-se este tema pertinente, pois a carga fiscal influencia o comportamento dos agentes em certas áreas, como por exemplo, o seu procedimento e estratégias de poupança ao longo do tempo. Actualmente, é unânime a importância da poupança enquanto fonte de oferta de capital, com repercussões tanto na produtividade como no crescimento e desenvolvimento das economias. As poupanças tanto podem ser voluntárias como institucionais. Como tal, uma oferta adequada é uma grande preocupação de políticas financeiras e sociais dos Governos.

A análise da relação do impacto da carga fiscal, em termos de impostos sobre o rendimento, com o nível de poupança dos agentes económicos particulares é um aspecto da maior relevância no estudo dos incentivos fiscais, presentes na arquitectura dos sistemas fiscais modernos, ainda que com perfis diferentes. Considera-se, igualmente, que o tema ganha ainda maior relevo se se inserir numa análise em contexto europeu, tendo como base uma comparação entre Portugal e outros países da União Europeia. Neste trabalho, optou-se por seleccionar os seguintes países Espanha, Reino Unido, França, Suécia e Hungria, cuja escolha será justificada mais adiante.

Um dos principais objectivos deste trabalho será responder a questões como: será que países com carga fiscal superior tendem a ter níveis de poupança inferior? O comportamento da despesa fiscal, na sua componente de incentivo à poupança, constitui um factor relevante e influenciador nos comportamentos de poupança dos aforradores privados? O que nos diz a teoria económica sobre a associação entre estas duas variáveis? Como é que,



no domínio empírico, podemos aprofundar conclusões sobre a sua relação efectiva, nos sistemas económicos concretos?

Para realizar uma análise correcta, e com a finalidade de procurar responder às questões, é necessário analisar o comportamento dos agregados familiares, tanto a nível da tributação como da poupança. Relativamente à poupança, deve ter-se em atenção a dimensão/ estrutura/ quantidade poupada e como é investida. Neste documento apenas será abordado a primeira decisão (dimensão, estrutura e quantidade poupada).

A metodologia aplicada assenta numa análise empírica descritiva do tema acima referido, com uma vertente comparativa, que permita identificar linhas orientadoras para trabalhos futuros.

No segundo capítulo, elabora-se uma proposta de enquadramento teórico do tema. O capítulo seguinte começa com uma contextualização da parte empírica do trabalho, onde podem encontrar-se os critérios de selecção dos países que servirão de base comparativa, partindo para secções onde se encontram curiosidades dos países em estudo. É no quarto capítulo que se juntam mais especificidades ao método empírico escolhido. No quinto capítulo, descreve-se os diversos quadros e tabelas auxiliares ao estudo. Logo após o quadro principal, procede-se a exposição dos resultados principais, no capítulo sexto. E por fim, sétimo capítulo procede-se às questões conclusivas.

2. Enquadramento teórico e Revisão de literatura

2.1 O Sistema Fiscal, a Poupança e o Modelo do Ciclo de Vida

O Sistema Fiscal pode ser definido como sendo o “conjunto de impostos e a forma como eles se relacionam globalmente, na sua articulação lógica e na sua coerência social, vigentes num determinado espaço fiscal” (Sousa Franco, 1996). A carga fiscal influencia o comportamento dos agentes em certas áreas, ao longo das suas vidas, por exemplo, afectando as estratégias de poupança¹.

Ando e Modigliani (1963) com a proposta da hipótese da Teoria do Ciclo de Vida, concluem que todos os recursos - soma de todos os rendimentos auferidos - dos agentes económicos são relevantes para as decisões de consumo, ou seja, a capacidade financeira serve para compensar variações do rendimento ao longo do tempo.

Uma das crenças mais persistentes sobre o planeamento da “reforma” num sistema progressivo de impostos é que há um benefício para adiar as responsabilidades dos impostos dos rendimentos até à aposentação. Visto os impostos sobre o rendimento serem progressivos – quanto maior o nível de rendimento maior é o peso do imposto pago no rendimento – há uma vontade de os contribuintes auferirem montantes maiores de rendimento cada vez mais tarde, para poderem aforrar quantias mais elevadas durante os períodos em que pagam um imposto menor. Este facto também se verifica no caso das taxas de impostos dos pensionistas diferirem das taxas contributivas aplicadas aos trabalhadores. Esta crença baseia-se na simples observação de que as taxas de imposto marginais² diminuem na ausência de rendimento do trabalho. Como consequência, a responsabilidade fiscal ao longo da vida pode diminuir mudando os rendimentos tributáveis nos anos de trabalho para os anos de

¹ Poupança é definida pela Contabilidade Nacional como parte do rendimento disponível que não é usada para consumo final, representando assim o montante disponível para investimento ou para criação de financiamento.

² Taxa de imposto que incide sobre um ligeiro aumento do rendimento anual do contribuinte.

aposentação, até as taxas marginais serem iguais, como referido num estudo de Rydqvist et al (2011), onde o objectivo principal do estudo era quantificar os benefícios do alisamento do rendimento (rendimentos constantes ao longo do tempo). A medida para quantificar os benefícios do alisamento é uma função que relaciona o número de anos de trabalho com o número de anos de aposentação. Um aumento no número de anos de trabalho face ao tempo de aposentação reduz o espaço do alisamento, enquanto um aumento nos anos de reforma face aos de trabalho o aumenta. Os cálculos realizados por estes autores sugerem que o benefício proveniente deste alisamento do rendimento é demasiado pequeno para explicar o crescimento do sistema de pensões privado.

Afonso (2006) evidencia que os consumidores podem antecipar comportamentos consoante as políticas fiscais, tal como é esperado pela “visão expectativa da política fiscal” (Blanchard, 1990).

Reforçando a afirmação enunciada acima, é constatado por Auten e Carroll (1999) que os rendimentos dos agregados familiares podem ser decididos por eles próprios, invocando algumas hipóteses:

- Os contribuintes são capazes de modificar a forma da sua compensação, alterando as suas taxas de imposto. Elevadas taxas de imposto podem levar a que alguns contribuintes, para terem uma maior compensação, alterem recursos de favorecimento fiscal, cobrindo o risco com determinados produtos financeiros;
- Os contribuintes podem modificar o modo, como, quanto e onde fazem as suas poupanças, por exemplo, adquirindo produtos que lhe rendam ganhos de capital ou forneçam benefícios fiscais;
- Os contribuintes podem, também, reduzir o montante tributável. Através da realização de despesas para receber um tratamento fiscal mais favorável, por exemplo, fazendo dádivas;
- Em função da legislação fiscal, há a possibilidade de ter mais-valias contributivas, isto é, podem deslocalizar geograficamente a

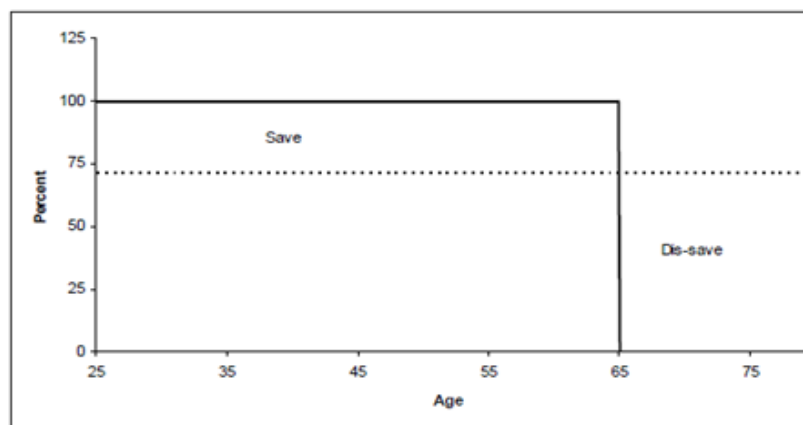
sua residência para ter isenções ou taxas de imposto mais moderadas;

- Marginalmente, também existe a possibilidade de ocorrer um comportamento “evitador” da carga fiscal (os agentes ajustarem os comportamentos em termos de oferta de trabalho).

A dinâmica da economia depende, em grande medida, das políticas de impostos, pois estas interferem com as próprias decisões dos agentes económicos. A análise da relação do impacto da carga fiscal, em termos de impostos sobre rendimento, com o nível de poupança dos agentes económicos particulares, é um aspecto da maior relevância no estudo dos incentivos fiscais presentes na arquitectura dos sistemas fiscais modernos. Coleman (1989) estudou que a taxa de imposto pode depender tanto de variáveis endógenas como exógenas, sugerindo assim usar o efeito decrescente da Curva de Laffer³, relativamente aos impostos sobre grandes rendimentos⁴. Tributar os rendimentos torna-se equivalente a tributar o consumo ao longo do ciclo de vida de um contribuinte, podendo tornar-se prejudicial ao crescimento económico.

O modelo do Ciclo de Vida tem fortes implicações na compreensão do efeito dos benefícios esperados das pensões nas poupanças dos agregados familiares.

Gráfico 1: Modelo do Ciclo de Vida



Fonte: The tax benefit of income smoothing, Kristian Rydqvist, Steven Schwartz e Joshua Spizman (2011)

³ Curva em forma de parábola que relaciona a receita fiscal com a carga fiscal/ taxa de imposto.

⁴ Segundo a definição dada por Rider (2004), que se baseou em Haig-Simmons, o rendimento é o valor monetário que cresce com o poder individual, para consumir durante um período. Sendo equivalente ao montante consumido actualmente durante um período, potenciando o bem-estar.

O modelo assume que o consumo total do indivíduo é uma função simples de recursos ao longo da vida, sendo assim o Gráfico 1 fornece informações úteis para a questão política e social, de como a poupança das famílias responde às mudanças nos benefícios esperados das pensões. Segundo este modelo, o principal motivo para a poupança é acumular recursos financeiros para a fase da reforma. As famílias tendem a suavizar o consumo ao longo da sua vida, poupando mais durante épocas mais prósperas e menos nas épocas de menor crescimento económico. Este modelo básico é baseado em dois pressupostos: 1) a função de utilidade é homogénea no que respeita ao consumo em diferentes momentos do tempo; 2) o indivíduo não espera receber nem deixar herança.

Um imposto sobre o rendimento do trabalho tem dois impactos:

- Penalização do consumo futuro relativamente aos gastos presentes (distorção intertemporal),
- Redução dos incentivos à poupança, tornando necessário poupar mais no presente a fim de atingir um nível de bem-estar superior no futuro.

Samwick (2006) certifica que existe uma evidência consistente de que as pessoas têm dificuldades em poupar a longo-prazo, devido à “miopia”, tornando-se preocupante, dadas as mudanças que ocorrem (aumento da idade da reforma, alteração dos apoios sociais, flutuações económicas, etc.), ao longo do ciclo de vida.

Bibbee (2008) constata que existem poucos incentivos para as pessoas de rendimentos mais baixos contribuírem para os planos poupança-reforma. Outro estudo, realizado pela OCDE (2006), expressa a evidência empírica em relação a vários países sugerindo que a diminuição da tributação das poupanças-reforma não cria muitas novas poupanças.

Krause (2012) declara que a tributação redistributiva cria incentivos para os indivíduos com mais riqueza, concluindo que as questões levantadas pelos vários tipos de reforma de impostos coincidem, actualmente, com as levantadas pelos decisores políticos, como é o caso dos incentivos fiscais, da

própria estrutura fiscal e que repercussões pode ter na produtividade e no crescimento e desenvolvimento das economias. Krause (2010) deu o exemplo do Canadá e da Austrália que começaram a tributar o consumo, através da redução dos impostos sobre o rendimento, alcançando duas conclusões:

- i. O aumento do preço relativo do consumo em relação ao investimento faz com que a poupança e o investimento aumentem;
- ii. A evasão fiscal da economia paralela reduz-se, caso seja tributada indirectamente através do consumo.

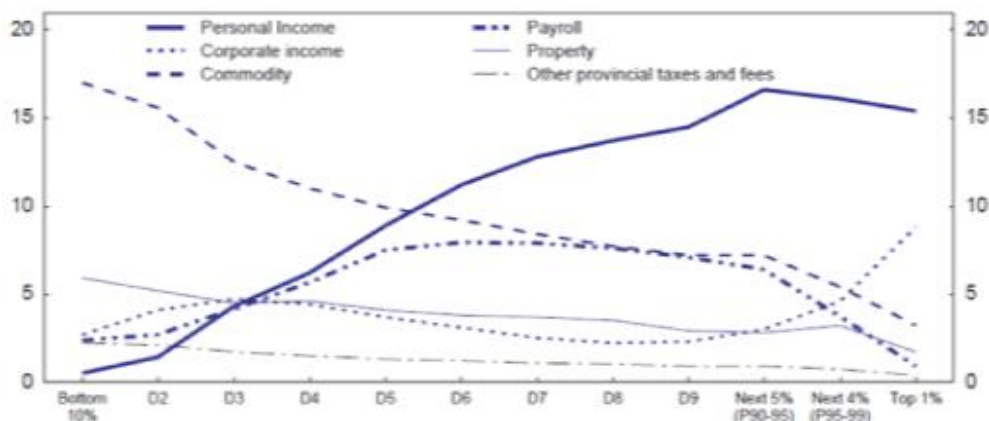
A abordagem dos impostos óptimos assume, implicitamente, que os Governos são livres de escolher todas as taxas, além de estarem dispostos a implementar mudanças significativas nos impostos para alcançar as metas da política orçamental. Fieldstein⁵ (1976) refere que as alterações fiscais, para serem mais eficientes, devem ser “lentas e faseadas”.

Schindler e Kroustanz (2003) sugerem que a taxa óptima resulta de um trade-off entre eficiência e segurança, por isso depende da elasticidade do consumo corrente com respeito a uma mudança relativamente compensada de tarifação. Os resultados do estudo destes autores vão no sentido de que, em caso de incerteza, um imposto sobre o consumo é sempre inferior quando comparado a um imposto sobre o rendimento. Isto acontece porque, o imposto sobre o rendimento proporciona uma segurança superior, principalmente, através da distorção do sacrifício da decisão de consumo intertemporal, que é mais que compensada pela redução do risco.

O Gráfico 2, que demonstra a evolução das taxas de impostos, segundo os vários tipos (imposto sobre o rendimento singular – *Personal Income*, rendimento das empresas/ colectivo – *Corporate Income*, entre outros). Onde se pode verificar que a taxa sobre o rendimento singular tem um comportamento exponencialmente positivo ao longo do ano de 2005, embora tenha desacelerado ligeiramente, ao contrário das outras categorias que têm tido comportamentos distintos deste.

⁵ Feldstein, M. (1976), “On the theory of tax reform”, *Journal of Public Economics*, 6, 77-104

**Gráfico 2: Progressividade dos impostos -
Taxas de imposto segundo a categoria
2005**



Source: M. Lee (2007), "Eroding Tax Fairness", Canadian Centre for Policy Alternatives, November.

Fleurbaey e Maniquet (2002) consideraram uma população heterogénea de indivíduos que divergia em dois aspectos: um grupo tinha diferentes *skills* para gerar ganhos profissionais; o outro grupo diferenciava-se em termos das preferências no consumo e lazer e, como tal, escolhiam profissões diferentes. Ambas as diferenças geram desigualdades no rendimento. O trabalho destes autores baseia-se na justificação e no cálculo do imposto sobre o rendimento mais redistributivo, no contexto referido, em que interpretam a combinação do Princípio de Pigou-Dalton⁶ com a aplicação do *Laissez-faire* como sendo o óptimo social num caso hipotético em que todos os agentes têm iguais capacidades de ganhar, resultando num óptimo de Pareto.

A situação de desemprego – gerando, tendencialmente, a anulação da capacidade dos agentes obterem rendimentos - pode ter grandes repercussões na taxa de poupança dos agregados familiares, como tal, pode ser visto como um futuro estudo a realizar. Uma das conclusões destes autores é que o critério da maximização pode ser justificado de uma nova maneira, combinando o princípio de Pigou-Dalton como uma condição de independência no espírito

⁶Comprova que uma transferência de rendimentos de indivíduos detentores de mais riqueza para indivíduos com menos riqueza, desde que a mesma não inverta o status social entre eles, resulta numa maior igualdade social.

de Arrow⁷ (mas menos radical). Resultado este também verificado por Fleurbaey (2002) e Maniquet e Sprumont (2002). Relativamente ao imposto óptimo, a conclusão é que este imposto deve ser tal que permita maximizar o consumo dos indivíduos com menores rendimentos.

2.2 Motivos de Poupança

31 de Outubro é classificado como o Dia Mundial da Poupança (contudo nem para todos significa o mesmo). As sociedades são caracterizadas por hábitos, costumes, tradições, crenças e valores. Como é referido no relatório elaborado por Graça et al (2010), apesar de o comportamento da poupança estar muito associado à estabilidade económica e financeira, após a interiorização da filosofia de que a “alavancagem” é benéfica, os agentes que até então tinham hábitos mais conservadores e cautelosos começaram a criar uma nova hierarquia de valores e comportamentos menos cautelosos, isto é, se antes a poupança era vista como o objectivo principal para garantir segurança, esta questão passou para segundo plano, sendo trocada pela satisfação presente/ curto-prazo. Segundo aquele trabalho, a maioria dos portugueses poupa, sendo a Capital a região que poupa menos (38%) e a regiões de Abrantes, Guarda, Mirandela e Sertã em que se poupa mais (cerca de 90%).

Horioka e Watanabe (1997) certificam que as razões pelas quais os indivíduos poupam estão, além da reforma, fortemente, associadas a motivos preventivos. Canova et al (2005) concorda com os autores anteriores, reforçando a ideia de que embora os agentes económicos possam poupar por várias razões, o motivo preventivo é a razão mais frequente.

Yao et al (2011) realizaram um estudo para compreender a hierarquia dos motivos⁸ de poupança dos agregados familiares, onde declara que esses

⁷Arrow afirma que a soma das racionalidades individuais não produz uma racionalidade colectiva.

⁸No âmbito deste estudo, os Canadianos colocam em primeiro lugar a precaução, seguido da educação dos filhos e a compra de habitação. Os três motivos principais para os Australianos são a poupança para a reforma/ férias/ imprevistos, compra de bens duráveis e deixar herança.

motivos variam consoante os rendimentos (satisfação de necessidades financeiras, capacidade em recursos financeiros, valores culturais e ambiente económico e características demográficas). Mais uma vez, para outro país da UE, estes investigadores verificam que a precaução é o principal motivo de poupança, seguido do motivo de compra de habitação e veículos automóveis e em terceiro lugar a poupança para a reforma, no caso dos Holandeses. No relatório referido acima chegou-se à conclusão que, em Portugal, quanto maior a ética de trabalho e inovação, maior é a poupança média. Estes dois factores, juntamente com uma postura pró-negócios e conservadorismo afectam a poupança de forma positiva, sugerindo que os agentes que compõem uma reserva para a fase da reforma acreditam que não devem depender do Estado e aceitam a importância do sector privado na economia.

Os dois principais motivos de poupança, em Portugal, são a “Precaução” (reserva para imprevistos, sentimento de segurança e tranquilidade, não faltar a “despesas de casa e familiares”, doença e evitar pedir créditos) e “Lazer” (férias e viagens). Sendo as duas formas principais de poupar, dos portugueses, a “Poupança Bancária” (através de PPR’s, contas-poupança e depósitos a prazo) e a “Redução de Custos” (usufruto de descontos/promoções, reduzir as compras em marcas, aumentando a aquisição de produtos designados de “marca branca”, cortes nas despesas de lazer).

Similarmente, diferentes tipos de poupança estão associados a diferentes estados emocionais. O medo, que costuma ocorrer em situações de crise económica, pode ter um efeito negativo ao ampliar a redução dos custos (diminuindo o consumo) e não através de depósitos bancários (aumentando as reservas).

2.3 Justiça e Equidade Fiscal

Outro tópico que se relaciona com a questão da tributação dos rendimentos é a justiça fiscal que, por sua vez, pode ser a chave das questões redistributivas e, conseqüentemente, de alterações nas decisões financeiras dos agentes económicos. Trigo Pereira (2009) refere que a tributação

equitativa baseia-se no princípio da “capacidade de pagar”, sendo um dos princípios jurídicos do Direito Fiscal e Tributário, juntamente com o princípio da legalidade, igualdade e generalidade, definidos pela Lei Geral Tributária e Constituição da República Portuguesa.

Para Genser (2006), a equidade fiscal tem sido um desejo crucial no desenho das políticas fiscais nas sociedades democráticas. Bibbee (2008) também concorda, afirmando que o ajustamento das políticas fiscais de modo a impulsionar as poupanças, inovação e investimento deviam de ser a questão central do crescimento e desenvolvimento dos países.

As poupanças são essenciais para a estabilidade e crescimento, a longo-prazo, desde que ajude a financiar investimentos. Os Governos podem utilizar o sistema fiscal como um instrumento para aumentar o nível de poupança agregada. Como tal, é importante um nível de poupança robusto para assegurar a sustentabilidade fiscal dos sistemas fiscais da Segurança Social. A reforma dos planos de pensões públicas deve servir para garantir um rendimento complementar durante o tempo de reforma, em parte devido à miopia dos agregados familiares e, como tal, não economizarem montantes adequados para essa fase.

2.4 Rácios da poupança

O nível de poupança nas economias é, normalmente, medido através de um rácio, que permite depois fazer comparações internacionais. O rácio da poupança das famílias pode ser definido pela seguinte fórmula:

$$\text{Rácio da poupança} = \frac{\text{Poupança das famílias}}{\text{Rendimento disponível das famílias}}$$

Actualmente e devido ao SNA 93⁹, o rácio deve ser calculado pela fórmula:

Rácio da poupança

$$= \frac{\text{Poupança das famílias}}{\text{Rendimento disponível} + \text{Ajustamento da Variação dos Fundos de Pensões}}$$

Para qualquer país, o rácio da poupança bruta das famílias é sempre superior ao rácio da poupança líquida. Assim, a tributação “limitada” da poupança deve encorajar a poupança líquida. Sendo que uma maior redução da tributação da poupança continuará a melhorar a neutralidade e eficiência do sistemas fiscal e tributário.

Segundo Harvey (2004), a causa das diferenças nos rácios entre países são os diferentes modelos legais e administrativos que aqueles utilizam, pois mesmo se o comportamento económico subjacente das famílias nesses países fosse equivalente, o valor do rácio não iria coincidir. Por isso, é interessante realizar uma análise comparativa para quantificar o efeito do impacto da carga fiscal, tendo em conta os diferentes perfis institucionais de ordenamento e regulação fiscal dos diferentes países. Neste mesmo estudo, é referido que a comparação da poupança das famílias também pode ser afectada pela importância dos Sistemas de Segurança Social, administrados pelo Estado, bem como pelas pensões privadas ou os seguros de vida, organizadas por entidades privadas. A razão é que tanto as pensões privadas, os regimes de seguros de vida como o valor monetário auferidos por estes modelos são ambos incluídos na poupança das famílias, enquanto outros fluxos como as transferências sociais das contribuições pagas pelo Estado (SS) não é considerado como poupança. São apresentados os seguintes aspectos, por Harvey (2004), que podem ter, em geral, efeitos na taxa de poupança:

- Nível de consumo de bens públicos,
- Financiamento do Governo nas despesas através dos impostos,
- Regime de pensões de reforma e de Segurança Social.

⁹SNA 93 code: System of Nationals Accounts (Sistema de Contas Nacionais) foi definido pelo departamento de estatística das Nações Unidas. É um conjunto de recomendações sobre a compilação de dados macroeconómicos, descrevendo estes de forma coerente, consistente e integrada, no âmbito de um conjunto de conceitos acordados internacionalmente, como definições, regras e classificações.

2.5 Elasticidades dos impostos e poupanças

Martinez-Lopez (2009) analisou a elasticidade entre o rendimento e os impostos directos, num período de sete anos (de 2003 a 2008). Este autor começa por afirmar que a simples observação dos dados pode não ser suficiente, levando a conclusões ilusórias. A base do seu trabalho é a verificação da veracidade do pressuposto: o simples rácio entre a taxa de crescimento das receitas dos impostos directos e a taxa de crescimento do PIB deixa a conclusão de que a elasticidade destas receitas com o PIB é negativa. Contudo, estes factos entram em conflito com a caracterização standard em que o imposto sobre o rendimento é um imposto progressivo, pois o aumento das taxas marginais tenderia a originar um acréscimo da proporção na receita de impostos, o que reflectiria uma elasticidade do imposto em relação ao rendimento maior que a unidade. Nos anos 2004 - 2006, a visão convencional da progressividade do imposto sobre o rendimento é confirmada: a taxa de crescimento do rendimento do trabalho leva a uma taxa de crescimento maior para a tributação geral do rendimento, o que exige aos contribuintes uma responsabilidade fiscal acrescida. Indivíduos com elevados níveis de imposto deparam-se com taxas de impostos médias e marginais mais elevadas e, consequentemente, mostram uma elasticidade de imposto superior. Portanto, quando os contribuintes detentores de maior riqueza vêm um aumento nos seus rendimentos maior que os contribuintes com uma riqueza menor, os impostos que irão pagar irão aumentar mais do que os impostos pagos pelos contribuintes de menores rendimentos. Como tal, leva a uma maior magnitude das elasticidades dos contribuintes com rendimentos mais elevados do que as elasticidades dos contribuintes com menores rendimentos, resultando numa elasticidade do imposto de rendimento maior quando as desigualdades se acentuam. Esta conclusão está de acordo com as referências de Creez e Sanz (2010).

3. Contextualização da metodologia

“... history makes clear that countries that continually spend beyond their means suffer slower growth in incomes and living standards and are prone to greater economic and financial instability. Conversely, good fiscal management is a cornerstone of sustainable growth and prosperity.”

Ben Bernanke¹⁰ (4 de Outubro de 2010)

Para estruturar uma análise empírica do tema, decidiu-se fazer uma selecção de países, tendo-se Portugal como o país referência. Em primeiro lugar, foi definido que seria apenas uma análise ao nível europeu, pois todos os países regem-se por diversas regras comunitárias, económicas e financeiras comuns, ainda que os sistemas fiscais nacionais tenham especificidades institucionais próprias. Embora não existam normas monetárias iguais para todos os países, devido à excepção de alguns países não partilharem a mesma moeda oficial, este também foi um requisito incluído. Foram delineados os seguintes critérios de selecção, para uma representação no conjunto da escolha:

- ✓ Proximidade geográfica;
- ✓ Países que pertençam aos PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha);
- ✓ Países “motores” da União Económica Europeia (UE);
- ✓ Países de localização central, em contexto europeu;
- ✓ Países nórdicos;
- ✓ Países da nova adesão à UEE, em 2004;
- ✓ Países que não possuam a unidade monetária Euro como sua moeda oficial;
- ✓ Países com elevadas taxas de contribuição fiscal dos contribuintes individuais.

¹⁰Ben Bernanke, (4 de Outubro de 2010), Annual Meeting of the Rhode Island Public Expenditure Council.

Após determinados os critérios, estabeleceu-se que os países que melhor preenchiam os requisitos eram: a Espanha, França, Reino Unido, Suécia e Hungria.

O sistema de finanças públicas, ou o sistema fiscal, está sempre em desenvolvimento em resposta aos aspectos económicos e políticos de cada país, numa tentativa de optimização. No caso da União Económica Europeia, os sistemas fiscais são o reflexo do nível de separação entre a integração dos mercados e a forte coordenação política, tendo um papel importantíssimo face à integração dos mercados que permite a coesão necessária para assegurar a integração económica e política dos Estados-membros.

Como é dito por Šimović (2007), com o objectivo de reforçar o mercado interno comum entre os países-membros, a UE tem utilizado diversas normas legais, como as directrizes ou PEC's¹¹, para influenciar o desenvolvimento dos sistemas fiscais e legais dos países-membros e, por sua vez, permitir a harmonização fiscal como uma alternativa de os aproximar ao federalismo fiscal. Logo, a questão fulcral que se coloca é a mobilidade da função de distribuição fiscal, ou seja, a deslocalização dos rendimentos adquiridos para outros países com tributações mais favoráveis, ou mesmo a migração de pessoas. Por enquanto, ainda é reduzida a mobilidade de mão-de-obra, devido à força de cultura nacional que existe em cada nação. Porém tal situação não se verifica, por exemplo, ao nível de rendimentos de empresas. Em suma, a UE é como uma entidade supra-nacional que define certas regras económicas, financeiras e fiscais.

Existem estudos que tentam avaliar como o desenvolvimento das pensões asseguradas pelo Estado influenciam o comportamento da poupança, mas os seus resultados são inconclusivos. Alguns encontram um efeito negativo, enquanto outros encontram um efeito positivo, ou nenhum efeito significativo (Schmidt-Hebbel (1998), Loayza et al (2000), Samwick (2000)).

A maioria dos países da OCDE utiliza incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento e a poupança. Num estudo de Yoo e Serres (2004) é analisado o tratamento fiscal das poupanças privadas na OCDE, onde definem

¹¹ Plano de Estabilidade e Crescimento.

as quatro tipologias de tributação relacionadas com as contribuições e planos de pensões: EET (exempt-exempt-taxes), TEE (taxed-exempt-exempt), ETT (exempt-taxed-taxed). Em muitos casos, a poupança privada de pensões é dedutível em sede de IRS. Em países como os da amostra, excepto a Suécia e Hungria, aplica-se o mesmo regime, onde as poupanças têm uma tributação pouco significativa ou inexistente, ou as contribuições para a S.S. permitem obter um crédito fiscal ao invés de uma dedução integral. Por exemplo, tanto a Espanha como o Reino Unido e Portugal permitem uma isenção parcial dos benefícios das contribuições na forma de um montante fixo, enquanto a França permite um benefício fiscal semelhante ao rendimento anual da pensão. No caso da Suécia, o tratamento fiscal das pensões privadas é semelhante à tributação dos rendimentos. Na Hungria, as contribuições dos empregados ou dos empregadores estão isentos de impostos, mas nunca ambos.

3.1 Portugal

O sistema fiscal português tem como base a Constituição da República Portuguesa. Tal como dispõe o art. 104º da CRP, o Imposto sobre Pessoas Singulares (IRS) é caracterizado pela característica principal da progressividade (com o objectivo de diminuir as desigualdades sociais), entre outras. O IRS trata-se de um sistema que trata de forma unitária e global os rendimentos, configurando na sujeição do conjunto dos rendimentos várias categorias a uma técnica tributária uniforme. Até aos dias de hoje, os pensionistas têm um tratamento diferente dos outros contribuintes. Relativamente à incidência do imposto, como é de incidência pessoal distingue as origens dos rendimentos de acordo com a fonte que os origina. A colecta é calculada através da soma de cada uma das categorias (seis) que se pode decompor o rendimento, aplicando a taxa correspondente ao escalão. O rendimento do agregado é a soma dos rendimentos individuais dos contribuintes que formam esse mesmo agregado (art. 22º do CIRS). A lei geral

tributária prevê, por exemplo, deduções específicas para cada categoria, logo o cálculo de imposto tem de ser feito de forma concreta e não apenas abstracta.

A idade mínima de reforma é de 65 anos, com o mínimo de 40 anos de serviço.

3.2 Espanha

O sistema fiscal espanhol compreende três tipos de tributos: impostos, taxas e contribuições especiais. As taxas e as contribuições especiais são quantitativamente muito inferiores aos impostos e são exigidas em contrapartida pela prestação de serviços ou pela obtenção de utilidades como consequência da realização de obras ou serviços públicos. Na Espanha existem três níveis de tributação:

1. Estatal (onde estão os impostos directos sobre o rendimento das pessoas físicas)
2. Autónomo;
3. Local.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Físicas constitui um dos pilares do sistema tributário espanhol, pois é a principal fonte de receitas. Fruto da evolução da reforma fiscal, em 2007, o IRPF assenta na coexistência de duas bases tributáveis:

- A “base líquida geral”, cuja matéria colectável varia progressivamente entre os 24 e 43%;
- A “base líquida da poupança”.

No estudo do caso espanhol segundo Martinez-Lopez (2009), nos anos em que a reforma fiscal foi implementada (2003-2007), não ficou claro existir um modelo para o crescimento da receita do imposto sobre o rendimento pois a elasticidade do imposto directo estava de acordo com a estimação prevista para outros países, 1.4 em 2003-2006 e 1.8 para 2007-2008.

A idade mínima de reforma é 67 anos.

3.3 França

No estudo realizado Lehmann et al (2011), conclui-se que as reduções das contribuições para Segurança Social dos empregadores têm um papel muito importante na França, pois privilegiam exclusivamente os empregadores, transmitindo a ideia de que há procura de empregados menos qualificados. Contudo, os autores não consideram que esse facto implique uma política de baixos salários.

A idade mínima de reforma é 60 anos, embora tenha de ter contribuído 41 para ter a reforma “por inteiro”, sendo que ninguém pode ser obrigado a reformar-se antes dos 70 anos.

3.4 Reino Unido

Os impostos directos são os mais importantes nesta economia, existindo impostos que só incidem acima de certos montantes. O perfil de risco dos agentes também influencia as decisões de poupança, como tal, os seguros de vida são um importante veículo de poupança. Os agentes deste estado-membro preferem investir na aquisição de habitação ou em seguros de vida pois, embora sejam menos líquidos, têm mais privilégios fiscais face aos depósitos bancários. Em termos gerais, o sistema fiscal dá privilégios elevados para a poupança de habitação e pensões, que variam segundo o tempo e factores específicos de cada indivíduo.

Dividindo as contribuições directas para a poupança em três fontes: rendimentos, ganhos de capital e dividendos. O Sistema de Segurança Social é pago sobre os rendimentos, de todos os funcionários, que se situam entre o salário mínimo (LEL) e os rendimentos superiores (UEL), e pelos rendimentos dos empregadores acima do LEL.

A idade mínima de reforma é 60 anos para as mulheres e 65 para os homens, passando para ambos os sexos aos 65 anos em 2020, até atingir os 68 anos em 2046.

3.5 Suécia

Os países nórdicos tinham duas escolhas para o sistema de impostos sobre o rendimento:

1. Reduzir as taxas de impostos para todos os rendimentos e correr o risco de não gerar receita suficiente para os programas sociais,
2. Aplicar o regime fiscal dual e utilizar uma taxa reduzida para os rendimentos do capital, mantendo as taxas progressivas e mais elevados sobre os rendimentos provenientes do trabalho, (optaram por esta via).

A idade mínima de reforma é aos 65 anos.

3.6 Hungria

Um dos mais recentes países que aderiram à EU em 2004 apresentou a maior das receitas fiscais em percentagem do PIB, quase atingindo o mesmo nível da EU. Nos anos que antecederam a sua adesão, a Hungria alinhou a fiscalidade, directa e indirecta, de acordo com as normas comunitárias. Em matéria de fiscalidade directa, alinhou totalmente o seu sistema de tributação em relação aos Estados-Membros. No âmbito de administração fiscal foi criada uma entidade especial de luta contra a ilegalidade, fraude e corrupção. Para facilitar a adesão, beneficiou de um período de transição, onde teve a possibilidade de continuar a evoluir nas medidas até estar a par de toda a legislação e regras comunitárias.

É de salientar que seria adequado aprofundar esta secção, contudo poucos são os estudos/ dados sobre esta temática. Seria conveniente que houvesse um sistema de apoio ou uma maior clareza e disponibilidade deste tipo de informação por parte das entidades competentes, para estudos futuros.

4. Metodologia

Para efectuar esta análise descritiva foram seleccionados cinco países da UE, através dos critérios já definidos. Após essa selecção, recolheu-se dados quantitativos em bases estatísticas sobre a poupança, PIB, taxas de imposto, receitas totais de impostos (directos e indirectos) e contribuições para a SS. Além da recolha dos dados, foram feitos gráficos, quadros e cálculos sobre o tema.

Nível de Fiscalidade, também designado por Coeficiente Fiscal ou “*ratio*” *fiscal* tem como objectivo quantificar a parte do rendimento gerado pelo sector privado que é transferida, via impostos, para o sector público. Para tal, relaciona as receitas fiscais (considera-se o conceito da OCDE, todas as contribuições obrigatórias – nacionais, regionais e locais – incluindo as contribuições para a Segurança Social) com os rendimentos nacionais (PNB ou PIB).

$$\text{Nível de Fiscalidade} = \frac{\text{Receitas Fiscais}}{\text{Produto Interno Bruto}}$$

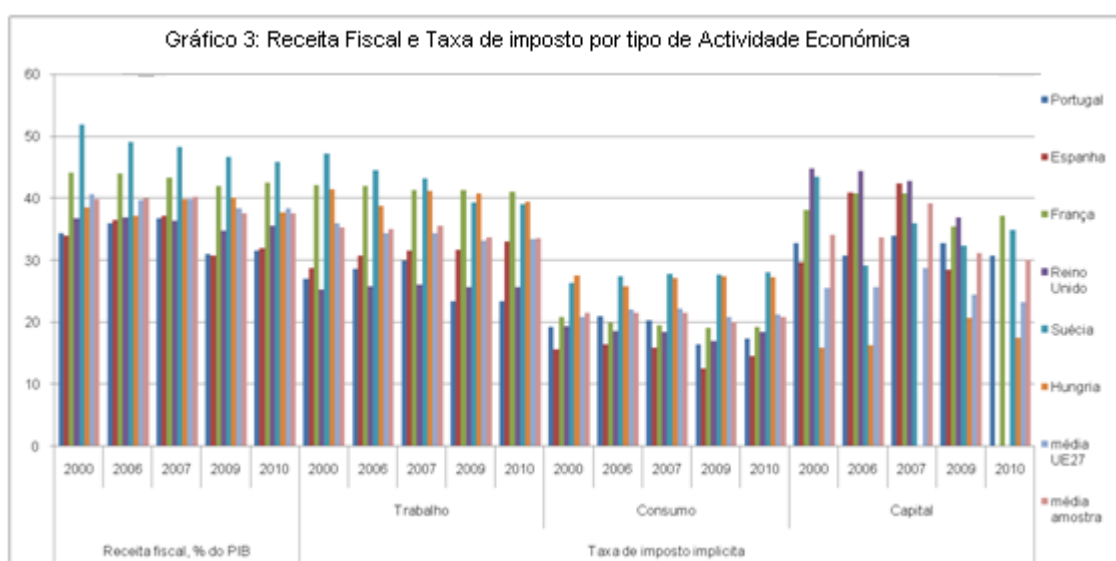
Este rácio permite conhecer:

- Preferência pelo Sector Público vs Sector Privado;
- Nível de distribuição dos rendimentos;
- Utilização das transferências ou benefícios fiscais.

Neste caso, utiliza-se o PIB per capita. Como outros rácios, é necessário utilizar outros indicadores para completar a análise, pois pode ser, facilmente, influenciado pela evasão/ fuga fiscal. Neste trabalho inserir-se-á então mostrar outros indicadores para permitir uma fundamentação mais plausível, como o PIB e a evolução da receita fiscal. Também se apresenta o nível de esforço fiscal, mas só para o caso português entre 1995 e 2006:

$$\text{Índice de Esforço Fiscal} = \frac{\frac{\text{Total de Receitas Fiscais}}{\text{PIB}}}{\text{PIB per capita}} \times 100$$

5. Dados



Fonte: dados Eurostat

A receita fiscal, em percentagem do PIB, é liderada pela Suécia em todos os períodos. Sendo que a Suécia (48.3%) e a França (43.2%) têm sempre receitas acima da média europeia, enquanto Portugal (33.9%), Espanha (34%) e Reino Unido (36.1%) primam pelas receitas fiscais bem inferiores à média europeia, visto esta e a média da amostra estarem muito próximas, cerca de 40.0%. A receita fiscal, dos 27 Estados-membros, situa-se nos 38.4% em 2010, mantendo o valor de 2009. Após a queda abrupta que ocorreu em 2009, os países optaram por medidas de consolidação orçamental que se juntaram a uma recuperação modesta das economias conjuntas, o que levou a uma estabilização das receitas. Tal como todas as médias, não significa que em separado esta situação se verifique, ou seja, há comportamentos e valores muito díspares entre Estados-Membros.

Como já referido noutra secção do presente trabalho e tal como é observado pelo gráfico acima, a taxa de imposto sobre o consumo é sempre inferior à taxa de imposto sobre o rendimento.

Espanha destaca-se pelo grande aumento da tributação capital, em cerca de 13 pontos percentuais. Foi a maior escalada de toda a amostra, o que proporcionou um encaixe considerável de receita. Contudo, em 2009, voltou a cair para os 28.4%. Em quase todos os casos se verifica um aumento das tributações por tipo de actividade económica até 2007, sendo que nos dados de anos posteriores essa tendência tende-se a inverter, devido à crise económica e financeira que os países atravessam.

A receita fiscal da Suécia, embora seja a mais elevada, tem vindo a decrescer tal como acontece na taxa de imposto sobre os rendimentos do trabalho.

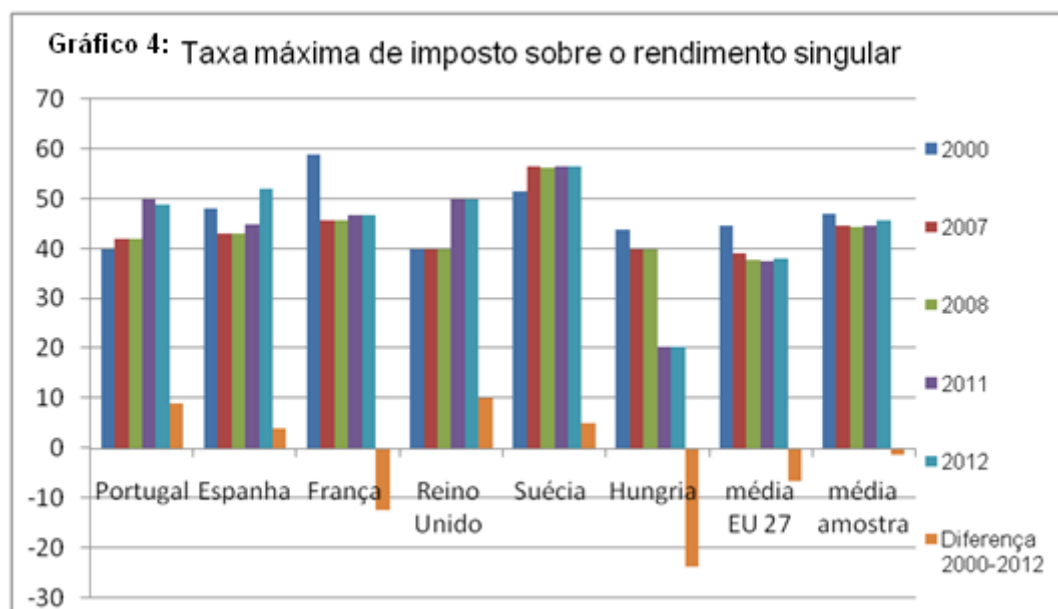
Portugal é o único país da amostra que aumentou as tributações de todos os tipos, sendo a Suécia o seu oposto. Portugal embora tenha visto aumentar a tributação, a receita não variou significativamente. O caso da Suécia é muito particular. Se se tomar em atenção, este país nórdico diminui tanto a tributação do trabalho (em 8 pontos percentuais) como do capital (em 9 pontos percentuais) e aumentou apenas pouco mais de 1 ponto percentual a tributação ao consumo, mantendo praticamente a receita fiscal. Volta-se assim a uma das questões de base deste trabalho...

Será que o aumento da carga fiscal faz realmente aumentar a poupança? Nos cofres do Estado, tal não se parece verificar, pois as receitas não o demonstram. No capítulo dos resultados esta questão vai ser mais desenvolvida e respondida.

Como é natural, uma maior carga fiscal implica menor rendimento disponível. Modigliani e Brumberg (1954) afirmaram que a taxa de crescimento do rendimento per capita é uma das chaves que determina as poupanças. O crescimento dos rendimentos contribui positivamente para a variação da poupança. Posto isto é, igualmente, necessário ter em conta a estrutura etária da população. Os indivíduos terão poupança negativa antes e depois de entrarem no mercado de trabalho, pois as poupanças positivas tendem a

ocorrer em plena idade activa. Logo, a dependência económica faz reduzir a poupança dos agregados familiares.

Um aspecto curioso a salientar do Gráfico 3 é que países como a Hungria, que é o terceiro país com maiores taxas de imposto sobre o trabalho e consumo, não é dos países com maior receita fiscal, estando abaixo tanto da média dos 27 países da União Europeia como da média da amostra. Este acontecimento pode estar implicitamente relacionado com a fraude fiscal e o nível de corrupção dos países onde tal se verifica.



Fonte: Eurostat

A taxa máxima de imposto sobre o rendimento aplica-se aos contribuintes com rendimento colectável muito elevados, tendo em conta a média dos rendimentos do trabalho gerados na economia desse país. Esta mesma taxa é muito heterogénea dentro dos países da UE, como é visível no quadro acima.

As taxas mais elevadas, considerando apenas a nossa amostra, encontram-se na Suécia (56.6%), na Espanha (52%) e no Reino Unido (50%). Em contrapartida, as taxas mais baixas são praticadas pela França (46.8%) e Hungria (20.3%). Mesmo assim, as taxas mais baixas da amostra são superiores à média dos 27 países da União Europeia, exceptuando o caso da Hungria nos anos 2011 e 2012 que apresenta valores muito inferiores, por

exemplo, vinte pontos percentuais inferiores ao que apresentava 3 anos antes. Mostra assim que adoptou uma estratégia fiscal de baixa das taxas máximas de imposto, embora tenha tido um impacto pouco insignificativo na receita.

No período de 2000 a 2012, em todos os países houve um aumento da tributação máxima, no que se refere ao imposto directo, como é o caso de Portugal e Reino Unido que viram os maiores aumentos de 9 e 10 pontos percentuais, respectivamente. A França e a Hungria foram a excepção, que desceram, 12.2 e 23.7 pontos percentuais, respectivamente. No geral da amostra, fortemente influenciada pela quebra da tributação húngara, apresenta uma redução de -1.3, enquanto ao nível dos 27 países foi de quase 7 pontos percentuais.

O rácio da Suécia é o 2º maior da EU, só ultrapassado pela Dinamarca, devido ao facto de os gastos com o bem-estar serem financiados através dos impostos sobre o rendimento. Aumentou 19.7% do PIB em impostos correntes sobre o rendimento, património, etc. De seguida, apresenta-se os gráficos dos rácios: Nível de Fiscalidade e Índice de Esforço Fiscal.

Quadro 1: Nível de Fiscalidade

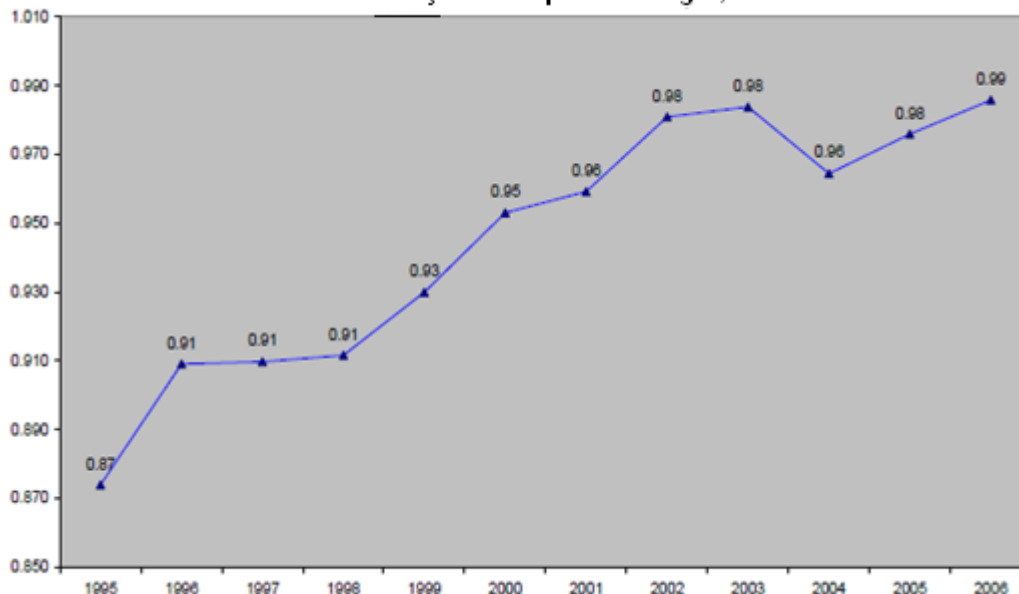
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	0,43	0,44	0,44	0,44	0,45	0,45	0,46	0,43	0,44
Espanha	0,35	0,34	0,35	0,36	0,36	0,36	0,33	0,31	0,33
França	0,39	0,40	0,41	0,41	0,43	0,42	0,42	0,41	0,41
Reino Unido	0,30	0,30	0,30	0,31	0,32	0,33	0,35	0,33	0,33
Suécia	0,39	0,39	0,38	0,40	0,40	0,39	0,38	0,39	0,37
Hungria	0,62	0,60	0,60	0,60	0,59	0,65	0,63	0,62	0,58
Média EU	0,35	0,35	0,35	0,36	0,36	0,37	0,36	0,36	0,36
Média amostra	0,42	0,41	0,41	0,42	0,42	0,43	0,43	0,41	0,41

Fonte: Eurostat

O Quadro 1 demonstra, facilmente, que o nível de fiscalidade tem apresentado uma evolução estável, praticamente constante.

5.1 Esforço fiscal em Portugal

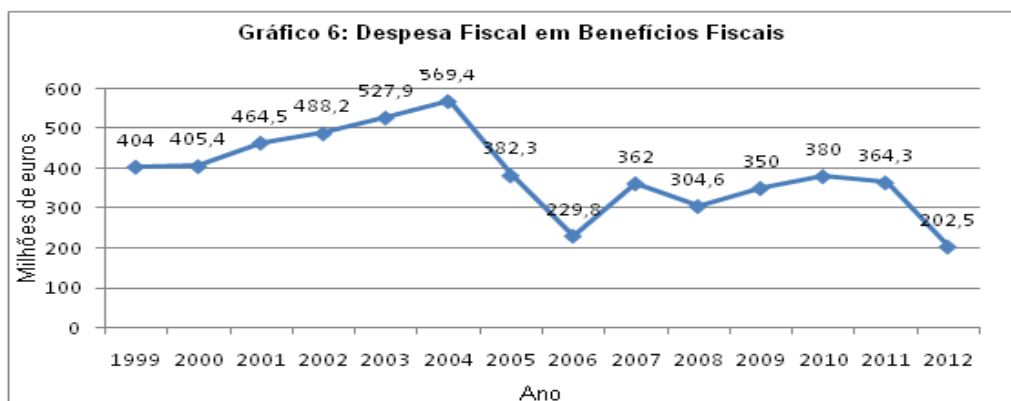
Gráfico 5: índice de Esforço Fiscal para Portugal, 1995 - 2006



Fonte: Relatório do grupo para o Estudo da Política Fiscal - Competitividade, Eficiência e Justiça do Sistema Fiscal - M. das Finanças

O índice de esforço fiscal mede o desempenho de uma economia em termos da cobrança de impostos, em relação ao que seria esperado. Este indicador calcula-se dividindo a quota fiscal real por uma estimativa da capacidade de receita fiscal possível, de acordo com as características estruturais e potencialidades da sua economia. É um rácio que, devido à sua composição, é sempre positivo. Se num país o índice de esforço fiscal for superior a 1 (nível elevado) significa que neste país a base tributária está a ser bem utilizada para incrementar as receitas fiscais. Por sua vez, se o índice for inferior a 1 (nível baixo) significa que existe uma margem de utilização da capacidade tributária ainda não aproveitada. Para o caso português este indicador, entre 1995-2006, demonstra que tem vindo a aproximar-se de 1, cada vez mais rapidamente. Assistindo-se a uma forte subida logo de 1995 para 1996. Estabilizando por um período de três anos, tendo vindo a crescer quase exponencialmente até atingir 0.99. Como tal, há melhorias na captação de receitas.

De seguida apresenta-se os gráficos sobre a despesa fiscal em benefícios fiscais em sede IRS e a despesa fiscal em várias rubricas do IRS, especificamente em Portugal.



Fonte: Elaboração da autora.

No âmbito do IRS tem-se vindo a assistir a um significativo crescimento da despesa fiscal até 2004, pois a partir de então o comportamento tem sido o inverso. Esse crescimento resultou sobretudo do aumento do número de utilizadores de benefícios fiscais. Porém, a tendência é a redução ainda mais significativa dos benefícios fiscais em matéria de imposto sobre o rendimento singular.

Quadro 2:	Despesa Fiscal em IRS (em milhões de euros)												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Missões diplomáticas, NATO e outras*	5,6	1,7	8,5	9,1	9,7	11	12	12,8	15,7	10	13,7	15	
Rendimentos de desportistas	11,1	11,4	14	13,9	13,8	11,8	9	6,2	4,4	0	0	0	
Deficientes	94,6	111,8	127,3	136,2	140,7	164	170,1	133,9	148,6	153,6	155	155	
Propriedade Intelectual	5,2	4,7	5,1	5,3	5,3	4,8	4,6	5,1	5,1	4,4	4,4	4,5	
PPR	119,4	146,6	158	174,5	194,1	13,4	112,6	97,1	94,4	102	105	105	
Conta Poupança Habitação	139,3	142,9	148	151,5				2,2	0,2	0	0	0	
Donativos	15,6	13,9	14,4	14,2	14,7	9,3	7,6	8,1	8,2	7,2	8	8	
Plano Poupança Acções	5,2	4,4	2,7	2,2	2,3	0	0	0	0	0	0	0	
Aquisição Equipamento Informático	13,6	15,6	22,5	29,5	0	0,6	29,6	23,8	21,4	25,2	0,3	0	
Energias Renováveis	4,6	5,4	7	5,1	5	5,8	6,6	7,4	13,6	28,5	25	25	
Despesa de Aconselhamento Jurídico	1	1,3	1,8	2,2				0,1	0	0	0	0	
Prémios de Seguro de Saúde	10	14,5	18,5	21,6				33,5	35,7	37,7	40	40	
Contribuições para a SS					0,6	1	0,7	0,7	0,8	0,8	1,4	1,5	
Donativos ao abrigo da Lei da Liberdade Religiosa					0,5	0,7	1,2	1	1,1	0,8	1	1	
Donativos a Igrejas e Instituições Religiosas					5,6	7,4	8	8,2	8,9	7,6	9	9	
Total	464,5	484,4	527,9	569,4	385,6	229,8	362	340,1	360,2	379,4	364,3	365,5	

* Rendimentos isentos sujeitos a englobamento

Fonte: Elaboração da autora, dados dos relatórios do Orçamento de Estado.

As rubricas da despesa fiscal com maior peso na despesa fiscal total são as respeitantes a rendimentos de deficientes e Planos Poupança-Reforma que representam 61% da despesa total.

A despesa associada a deficientes tem vindo a registar crescimentos, embora a partir de 2008 são tributados 90% dos rendimentos (limite de 2500 euros). Acresce a esta medida o aumento da dedução à colecta, em meio salário mínimo, passando a ser dedutíveis quatro salários mínimos por cada sujeito passivo com dependência e 1.5 salários mínimos por cada ascendente nas mesmas condições. Neste sentido foi também feita a revisão do texto do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), contemplando a introdução de uma cláusula de caducidade, determinando que a partir de 1 de Janeiro de 2007 as normas que consagram os benefícios fiscais constantes do EBF vigoram durante um período de cinco anos, sendo a data limite de vigência dos mesmos o final de 2011.

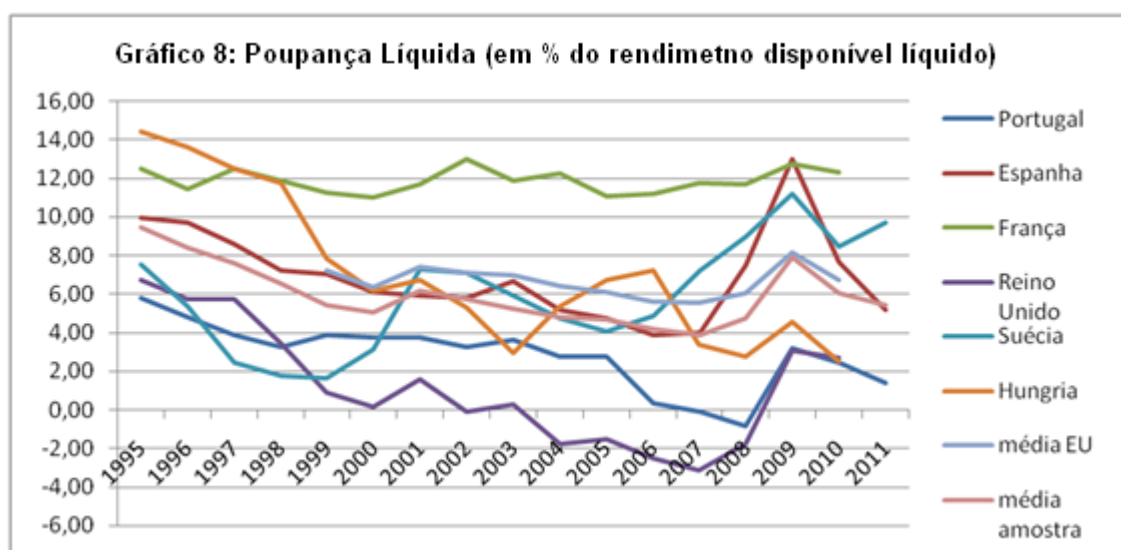
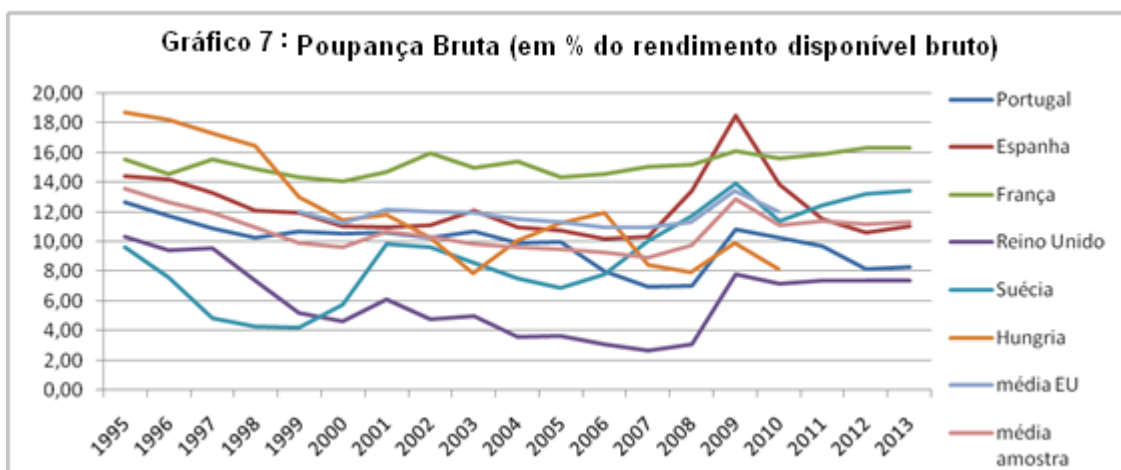
No ano de 2005 e seguintes, os donativos relacionados com instituições religiosas tiveram que ser declarados.

Desde 2010 que há a intenção de reduzir as deduções fiscais, nomeadamente, os rendimentos de desportistas e donativos. As CPH também tiveram uma forte quebra nas possibilidades de dedução, além de terem findado outras isenções. Contudo o valor total tem vindo a crescer.

Nas rubricas com maior relevo para a poupança (PPR, CPH, PPA e as contribuições para SS) é visível que a despesa fiscal tem tido fortes quebras, especialmente após 2006, sendo o PPR a única com algum realce.

5.2 A poupança bruta e a poupança líquida nos países seleccionados

Após a análise dos rácios e da temática fiscal, apresenta-se os dados para poupança:



Fonte: AMECO, INE e Banco de Portugal

O país com maior poupança bruta (Rendimento disponível menos Consumo Final) é a Hungria até 2000, sendo a partir daí a França a ser o país mais aforrador, excepto em 2007-2009 que foi a Espanha, em termos brutos. Países como a França, Espanha e Hungria (até 2007) poupam acima da média da amostra, ao contrário do Reino Unido que é o menos aforrador, em termos brutos.

Numa visão geral e global, a poupança bruta da amostra é sempre inferior à apresentada pela média dos 27 países da UE, levando a evidenciar que há nações com comportamentos de poupança muito mais elevados. Quase todos os países revelam um gráfico côncavo da poupança bruta. Por exemplo, a Suécia decresce até 1999 (4.25%) seguindo-se melhores níveis de poupança,

onde se espera atingir os 13.25% e os 13.45% em 2012 e 2013, respectivamente. França é de longe o país mais aforrador, tendo um comportamento constante (poupança bruta média de 15.3%). Tal como a França, a Espanha tem um comportamento estável destacando-se, em 2009, com uma poupança a atingir os 18.52%. Embora a sua média, ao longo dos 19 anos, seja de 12.26%, muito influenciada pela subida abrupta nesse ano. A Hungria tem uma queda acentuada da poupança, repare-se que começa em 1995 com níveis de poupança a atingir quase 19% (18.75%) tendo caído mais de 10 pontos percentuais até 2010 (8.15%).

A poupança varia imenso entre estes países. Embora a Suécia tivesse um nível de poupança pouco característico da percepção que se tem dos países nórdicos, em termos líquidos fica claro que é um país conservador, como é evidente, desde o início da crise. Este país tem uma poupança líquida (poupança bruta deduzida da amortização de activo fixo) superior à média, mostrando uma atitude de precaução face a possíveis problemas futuros. Essa tendência é visível em vários países, com o gráfico demonstra. Em contraste à conduta dos suecos, infelizmente temos o caso de Portugal e Reino Unido. Portugal não demonstra ser um país muito aforrador, hábito que se tem vindo a enraizar na sociedade. Longe vão os tempos em que a poupança líquida era superior a 5%, rondando os 3% nos últimos 16 anos... Nos anos de 2007 Portugal teve poupança líquida negativa (-0.07%), agravando-se em 2008 (-0.82%) devido à utilização abusiva de créditos por parte das famílias. O pior caso é mesmo o do Reino Unido, em que de 2002 a 2008 teve valores negativos expressivos, como em 2007 com -3.13%. Desde 1995 até 2008 que foi sempre diminuindo os níveis de poupança líquida, demonstrando uma atitude pouco conservadora da sua poupança.

6. Resultados

As decisões de poupança e consumo das famílias são influenciadas pelas decisões dos outros agentes económicos, em particular das administrações públicas. A teoria económica sugere uma relação negativa entre o saldo orçamental das administrações públicas e a taxa de poupança das famílias. Deste modo, uma diminuição do saldo orçamental, designadamente associado a uma diminuição de impostos ou a um aumento de despesas com as famílias (subsídios da segurança social, despesas de saúde e de educação, ...) tende a reflectir-se num aumento da taxa de poupança.

Por um lado, tende a existir alguma substituição entre despesa pública e privada. Por outro lado, se o desequilíbrio das contas publicas aumentar de forma significativa, as famílias tenderão a aumentar, ainda que parcialmente, as suas poupanças, antecipando a eventual necessidade de aumentos futuros de impostos (argumento que encontra uma versão extrema no teorema da equivalência Ricardiana). Note-se ainda que o grau de substituição entre poupança das famílias e poupança pública dependera adicionalmente da fracção de famílias com restrições de liquidez.

No Quadro 3, com a síntese de alguns indicadores importantes, nos países da amostra apresentada, a população média é bastante similar (cerca de 10 milhões de habitantes), excepto Espanha com 4 vezes mais, a França e Reino Unido ambas rondarem os 60 milhões de habitantes.

Relativamente às receitas totais de impostos e contribuições para a SS, em percentagem do PIB, até ao ano de 2006 as variações foram relativamente baixas e quase constantes, tirando o caso Português e Espanhol que variam entre -1.2% e 3.3%. Contudo, a partir de 2007 as variações são mais instáveis e acentuadas, sendo que em 2010 já mostram sinais de melhoria. Nos anos de 2008 e 2009, em quase todos os países da amostra a variação é negativa, descendo 5.1% no valor das receitas em percentagem do PIB, só Espanha teve uma quebra de 19.4%. Veja-se de 2006 para 2007, o caso da Hungria que variou positivamente 7.7%, sendo que teve sempre variações negativas ao

longo do período, apresentado -6.3% em 2010 (apresentando valores médios de 38%). Outros casos de grandes oscilações nas variações são o Reino Unido, Portugal e Espanha, ambos apresentam os menores valores médios para esta variável. É de realçar que os países mais “constantes” também apresentam os valores de receitas totais mais elevados, caso da França (45%) e Suécia (48%).

Mesmo com a grande oscilação dos valores das receitas totais, a Hungria é o país da amostra com maior nível de fiscalidade (em média 0.61), contrastando com a Espanha (0.34) e Reino Unido (0.32) que estão abaixo da média dos Estados-Membros (0.36). Tanto a Hungria como Portugal têm níveis de fiscalidade superiores à média da amostra (0.40). Comparando estes níveis com a análise das receitas totais, remete para a sensação de que a economia paralela e/ou a fraude e evasão fiscal tem uma certa importância nestes países, demonstrando uma fragilidade na captação de impostos que podem ser consequência da elevada carga fiscal.

Analisando a taxa de poupança, podemos ver que, no geral, os países começaram a poupar mais após o início da crise, em 2007, pois até então a variação da taxa média de poupança dos países que constituem a amostra é sempre negativa, o que leva a crer que ocorreu uma alteração de hábitos. No ano de 2008 e 2009, a taxa de poupança teve uma variação positiva de quase 33%, desacelerando em 2010. O mesmo é observado na média dos países da UE, embora com percentagens inferiores. Na amostra, o Estado-Membro mais aforrador é a França com uma taxa de poupança média de 15% (apresentando também uma das mais baixas variações), em oposição aos hábitos menos aforradores do Reino Unido que exhibe a taxa de poupança média mais baixa (4.6%). O caso deste país é peculiar, visto que em 2009 a taxa de poupança passou de 3.09% para 7.79%, variando mais de 4 pontos percentuais e, 5 anos antes via a taxa de poupança reduzir em menos 40%. Portugal, embora desde a entrada em vigor do euro diminuísse a taxa de poupança, as oscilações não eram significativas até ao ano de 2006 e 2007 em que teve uma quebra de quase 2 pontos percentuais numa taxa média de poupança de 9.33% (2002-2010). Portugal voltou aos hábitos antigos em 2009, pois neste ano a mesma



taxa de poupança teve uma escalada de 3 pontos percentuais, passando de 7.06% (2008) para 10.86% (2009), em todo o período em análise, não houve outro país que aumentasse tanto a taxa de poupança, excepto o Reino Unido. Tanto a Hungria como a Suécia têm taxas de poupança semelhantes a Portugal, porém as variações são significativas. Caso disso é, por exemplo, de 2002-2003 a taxa da Hungria quebra 30% subindo logo no ano seguinte 22%, ou no ano de 2007 reduziu quase 3.5 pontos percentuais.

A grande alteração será o caso húngaro, pois passa para um dos países menos aforradores da amostra, a par do Reino Unido (ambos com cerca de 5% do rendimento disponível para a poupança). As previsões para este ano e o próximo é que a poupança continue a crescer, salvo a excepção da França com uma ligeira quebra e do Reino Unido. Devido à instabilidade financeira, considera-se que a previsão para a poupança espanhola possa sofrer alterações, anunciando uma quebra da poupança em relação ao rendimento disponível, pois tudo indica que irá receber apoio externo.

Quadro 3: Quadro síntese de alguns indicadores importantes											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	População (a 1 de Janeiro)	10.329.340	10.407.465	10.474.685	10.529.255	10.569.592	10.599.095	10.617.575	10.627.250	10.637.713	10.636.979
	Taxa de Poupança	10,28	10,70	9,96	9,98	8,03	6,99	7,06	10,86	10,08	
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	34,3	34,7	33,9	35,0	35,7	35,9	35,9	34,4	34,8	
	PIB	80	79	77	80	79	79	78	80	80	77
	Nível de Fiscalidade	0,43	0,44	0,44	0,44	0,45	0,45	0,46	0,43	0,44	0,00
Espanha	População (a 1 de Janeiro)	40.964.244	41.663.702	42.345.342	43.038.035	43.758.250	44.474.631	45.283.259	45.828.172	45.989.016	46.152.926
	Taxa de Poupança	11,11	12,12	10,98	10,82	10,23	10,37	13,49	18,52	13,90	
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	35,1	34,7	35,5	36,7	37,6	38,0	33,9	31,6	32,9	
	PIB	100	101	101	102	105	105	104	103	100	99
	Nível de Fiscalidade	0,35	0,34	0,35	0,36	0,36	0,36	0,33	0,31	0,33	0,00
França	População (a 1 de Janeiro)	61.424.036	61.864.088	62.292.241	62.772.870	63.229.635	63.645.065	64.007.193	64.350.226	64.694.497	65.048.412
	Taxa de Poupança	16,01	15,00	15,44	14,39	14,61	15,11	15,26	16,17	15,63	
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	45,1	44,9	45,1	45,6	45,9	45,2	45,0	44,0	44,5	
	PIB	115	111	110	110	108	108	107	108	108	107
	Nível de Fiscalidade	0,39	0,40	0,41	0,41	0,43	0,42	0,42	0,41	0,41	0,00
Reino Unido	População (a 1 de Janeiro)	59.216.138	59.435.480	59.697.037	60.038.695	60.409.918	60.781.346	61.191.951	61.595.091	62.026.962	62.435.709
	Taxa de Poupança	4,78	4,99	3,61	3,69	3,13	2,68	3,09	7,79	7,53	
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	36,5	36,2	36,7	37,6	38,3	37,9	39,5	36,6	37,4	
	PIB	120	122	124	122	120	116	112	111	112	108
	Nível de Fiscalidade	0,30	0,30	0,30	0,31	0,32	0,33	0,35	0,33	0,33	0,00
Suécia	População (a 1 de Janeiro)	8.909.128	8.940.788	8.975.670	9.011.392	9.047.752	9.113.257	9.182.927	9.256.347	9.340.682	9.415.570
	Taxa de Poupança	9,68	8,58	7,59	6,93	7,82	10,11	11,77	13,96	11,42	12,51
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	47,9	48,3	48,5	49,3	48,7	48,7	46,9	47,3	46,3	
	PIB	122	124	126	122	123	125	124	120	124	126
	Nível de Fiscalidade	0,39	0,39	0,38	0,40	0,40	0,39	0,38	0,39	0,37	0,00
Hungria	População (a 1 de Janeiro)	10.174.853	10.142.362	10.116.742	10.097.549	10.076.581	10.066.158	10.045.401	10.030.975	10.014.324	9.985.722
	Taxa de Poupança	10,29	7,90	10,11	11,30	11,96	8,43	8,00	9,93	8,15	
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	38,1	38,1	37,8	37,5	37,4	40,5	40,4	40,2	37,8	
	PIB	61	63	63	63	63	62	64	65	65	66
	Nível de Fiscalidade	0,62	0,60	0,60	0,60	0,59	0,65	0,63	0,62	0,58	0,00
média EU	População (a 1 de Janeiro)	16.362.096	16.448.294	16.538.551	16.634.190	16.721.985	16.703.485	16.801.799	16.890.673	16.964.511	17.040.921
	Taxa de Poupança	12,08	11,98	11,56	11,33	11,00	11,00	11,27	13,43	12,03	11,42
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	40,1	40,1	39,9	40,2	40,7	40,6	40,4	39,7	39,6	
	PIB	114	114	113	113	112	111	111	110	110	110
	Nível de Fiscalidade	0,35	0,35	0,35	0,36	0,36	0,37	0,36	0,36	0,36	0,00
média amostra	População (a 1 de Janeiro)	31.836.290	32.075.648	32.316.953	32.581.299	32.848.621	33.113.259	33.388.051	33.614.677	33.783.866	33.945.886
	Taxa de Poupança	10,36	9,88	9,62	9,52	9,30	8,95	9,78	12,87	11,12	12,51
	Receitas totais de impostos e contribuições para a SS	39,5	39,5	39,6	40,3	40,6	41,0	40,3	39,0	39,0	
	PIB	99,67	100,00	100,17	99,83	99,67	99,17	98,17	97,83	98,17	97,17
	Nível de Fiscalidade	0,40	0,39	0,40	0,40	0,41	0,41	0,41	0,40	0,40	0,00

Fonte: dados do EUROSTAT

NOTA: A variável PIB tem como base do índice: EU-27 = 100.

7. Discussão e Conclusão

Em virtude da conjuntura económica e dos comportamentos dos agentes, muito se tem referido sobre a evolução da poupança das famílias e as tributações mais favoráveis. No entanto, apesar da relevância destes temas a literatura existente é muito escassa, tanto ao nível nacional como internacional. O presente trabalho visa contribuir para uma consciencialização e promoção do debate sobre a relação entre estas variáveis, em que se procede a uma abordagem comparativa entre países de uma comunidade económica.

Os impostos sobre o rendimento são uma fonte importante de receitas para o Estado. Por outro lado, os impostos sobre os rendimentos são, normalmente, prejudiciais ao crescimento da economia. Dos autores referidos no trabalho, conclui-se que o imposto sobre o rendimento tem dois grandes impactos: penaliza o consumo futuro face aos gastos presentes e torna-se necessário poupar mais no presente para atingir um nível de bem-estar igual ou superior no futuro. Assim sendo, tributar o consumo torna-se uma melhor opção, pois faz com que a poupança e, conseqüentemente, o investimento aumentem. Se esta preferência surgir associada a uma menor evasão fiscal na economia paralela, proporciona uma maior probabilidade de crescimento e desenvolvimento da economia.

As bases da poupança são variáveis geograficamente, pelo que a análise deve ser conduzida caso a caso. Esta realidade torna bastante complexo e limitado efectuar conjecturas comparativas generalizáveis. Para potencializar a poupança dever-se-ia analisar os seus motivos (precaução, principalmente, educação e habitação) e os meios que são utilizados para o efeito, juntamente com alterações políticas faseadas e atempadas para permitir uma maior eficiência.

Dos países seleccionados, as famílias da Hungria lideram na posição de mais aforradores, acompanhada pelos franceses, espanhóis e suecos. Numa posição contrária, tem-se as famílias do Reino Unido que tem comportamentos menos conservadores. O caso português tem-se vindo a alterar ao longo do

período analisado. Os portugueses, passaram de conservadores e, como tal, com níveis aceitáveis de poupança, para uma tendência menos aforradora (consumir mais do que a poupar), especialmente após 2000 e com a entrada da moeda única.

A poupança é influenciada por diversos factores, entre eles, a estrutura etária da população, os valores e a taxa de crescimento dos rendimentos per capita. Por sua vez, os rendimentos são fortemente influenciados pelos níveis de fiscalidade, ou seja, ao aumentar a tributação menor será o rendimento disponível. As taxas mais elevadas sobre o rendimento encontram-se na Suécia, Espanha e Reino Unido (ultrapassando os 50%), ao contrário da Hungria onde a taxa máxima é 20%, apenas.

A receita fiscal, em percentagem do PIB, é liderada, novamente, pela Suécia, sendo que a França também tem receitas acima da média. Os piores geradores de receita são os países periféricos, neste caso, Portugal e Espanha, onde as receitas são inferiores à média europeia. Após a forte quebra das mesmas em 2009 devido à crise, os países tomaram medidas de consolidação orçamental que permitiram reequilibrar as receitas fiscais.

Embora a Suécia tenha vindo a registar um decréscimo das suas receitas, também diminuiu a tributação, ao contrário de Portugal que decresceu nas receitas mas aumentou toda a tributação, levando a crer que Portugal já atingiu o ponto de Laffer, apesar de ter vindo a melhorar a captação de receita. Uma medida para potencializar a captação de receitas seria aumentar a fiscalização e promover medidas anti-fraude e anti-corrupção.

No caso geral da amostra como no caso específico de Portugal, onde a carga fiscal subiu, a despesa fiscal decresceu e a poupança não se tem destacado significativamente. Tudo leva a crer que não é a carga fiscal que influencia a poupança, ou vice-versa. A carga fiscal (em sede de imposto sobre o rendimento) e a poupança relacionam-se entre si, mas não há evidência que se influenciem directamente. Os motivos para a poupança são diversos e a carga fiscal determina o rendimento disponível. Contudo, se as economias tiverem hábitos e comportamentos conservadores face aos seus rendimentos, então a poupança aumentará. No entanto, se as economias tiverem costumes



e condutas pouco aforradores, então a poupança só será gerada se houver certos estímulos (fortes deduções ou benefícios fiscais) que a potenciem. Não há evidência, em nenhum país, que as variáveis apresentadas influenciem directamente os níveis de poupança.

Num estudo futuro, seria interessante analisar o impacto das contribuições sociais ou outras variáveis (taxa de desemprego, distribuição salarial) sobre a poupança, alargando a amostra de países, para se ter mais perspectivas sobre estas variáveis tão pertinentes; analisar a despesa fiscal, na perspectiva dos incentivos à poupança, que permitisse averiguar mais relações causa-efeito com a poupança.



Referências

- ✓ Afonso, A., Hauptmeier, Sebastian, (2009), *Fiscal Behaviour in the EU: rules, fiscal decentralization and GovernmentIn debtedness*, Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, WorkingPaper
- ✓ Afonso, A., Jalles, Joao Tovar, (2011), *Appraising fiscal reaction functions*, WorkingPapers, Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
- ✓ Afonso, António, (2006), *Expansionary Fiscal Consolidation in Europe: new evidence*
- ✓ Auten, G., Carroll, R., (1999), *The Effect of Income Taxes on household Income*, The Review of Economics and Statistics, Vo. 81 nº4, páginas 681-693
- ✓ Bibbee, Alexandra, (2008), *Tax Reform for Efficiency and Fairness in Canada*, Economics Department Working Paper nº 631
- ✓ Blanchard, O. (1990), *Comment, on Giavazzi and Pagano*, Blanchard, O. e Fischer, S., *NBER Macroeconomics Annual*
- ✓ Canova, Luigina, Rattazzi, Anna Maria, Webley, Paul (2005), *The hierarchical structure of saving motives*, Journal of Economic Psychology, vol. 26, pp 21-34
- ✓ Coleman II, Wilbur John, (1989), *Equilibrium in a Production Economy with an Income Tax*, Board of Governors of the Federal Reserve System, International Finance Discussion Papers number 366
- ✓ European Comission, (2006), *Public Finances in EMU*, European Economy, nº3
- ✓ Fleurbaey, Marc, Maniquet, François, (2002), *Fair Income Tax*

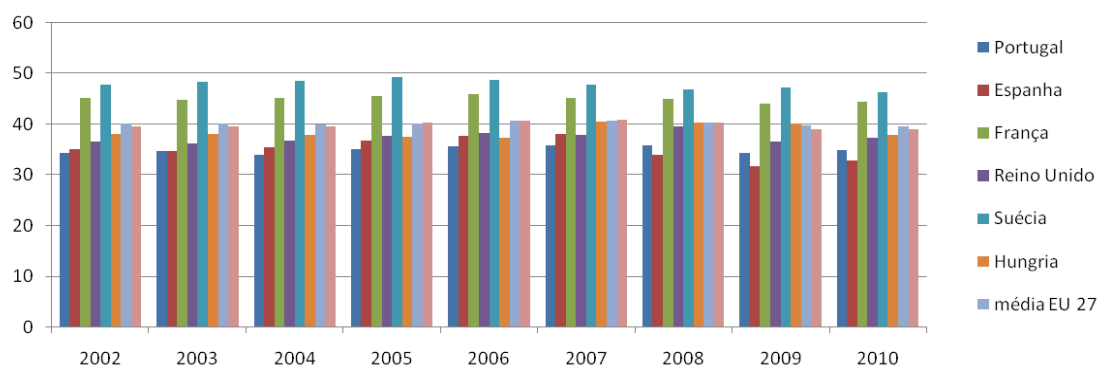
- ✓ Genser, Bernd, (2006), *The Dual Income Tax: Implementation and Experience in European Countries*, International Studies Program, Working Paper 06-25
- ✓ Graça, J. (coord.); Carvalho, H; Marques, R.; Nunes, F. e Pereirinha, J. (2010), *Valores, Crenças e Comportamentos Económicos: Impactos no Desenvolvimento Económico aos Níveis Regional e Nacional*, Projecto com a refª PTDC/SDE/73494/2006, financiado pela FCT, Lisboa
- ✓ Harvey, Ross, (2004), *Comparison of Household Saving ratios: Euro area/ US/ Japan*, Statistics Brief – OECD, nº8
- ✓ Horioka, C. Y. & Kasuga, N. & Watanabe, Wako, (1997), *Why do people save? A micro-analysis of motives for household saving in Japan*, Economic Journal, Royal Economic Society, vol. 107 (442), pp 537-552
- ✓ Jalles, J., Afonso, A., (2011), *Linking Investment and Fiscal Policies*, Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, WorkingPaper
- ✓ Krause, Alan, (2010), *On the Incidence of Substituting Consumption Taxes for Income Taxes*, Discussion Papers in Economy, nº10/17
- ✓ Krause, Alan, (2012), *Nonlinear Income Tax Reforms*, Discussion Papers in Economy, nº 12/03
- ✓ Lehmann, E., Marical, F., Rioux, L., (2011), *Labor Earnings Respond Differently to Income-Tax and to Payroll-Tax Reforms*, IZA DP nº6108
- ✓ Martinez-Lopez, Diego, (2009), *How does a Fiscal Reform Affect Elasticities of Income Tax Revenues? The case of Spain*, Working Paper Series 10.13
- ✓ Modigliani, F. and Brumberg, R. H. (1954), *Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data*, K.K. Kurihara (eds) *Post-Keynesian Economics* (New Brunswick: Rutgers University Press), pp 338-436
- ✓ Pereira, Paulo Trigo, Afonso, António, Arcanjo, Manuela, Gomes Santos, José (2009) *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora, Lisboa, 3ª edição
- ✓ Rider, Mark, (2004), *Corporate Income Tax and Tax Incentives*, International Studies Program, Working Paper 04-28



- ✓ Rydqvist, Kristian, Schwartz, Steven e Spizman, Joshua, (2011), *The Tax Benefit of Income Smoothing*, Centre for Economy Policy Research, Discussion Paper Series, Financial Economics, nº 8425
- ✓ Samwick, Andrew, (2006), *Saving for the Retirement: Understanding the Importance of Heterogeneity*, Business Economics 41, pp 21-27
- ✓ Samwick, Andrew, (2009), *The Design of Retirement Saving Programs in the Presence of Competing Consumption Needs*, Comment Welcome
- ✓ Santos, António Carlos, Martins, António, Tomaz, João Amaral, Morais, Rui, Pardal, Sidónio, Reis, António, Ferreira, Rogério (2009), *Relatório do Grupo para Estudo da Política Fiscal – Competitividade, Eficiência e Justiça do Sistema Fiscal*, Ministério das Finanças e da Administração Pública
- ✓ Schindler, Dirk, (2003), *Optimal Income taxation with a Risky Asset – the Triple Income Tax*
- ✓ Sousa Franco, António Luciano, (2010), *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4ª edição, Almedina
- ✓ Šimović, Hrvoje (2007), *Fiscal system and fiscal relations in the European Union: political restraints and alternative approach to public finance*, Working Paper Series nº 07-04, Faculty of Economics and Business, University of Zagreb
- ✓ Wahrig, Laura, (2011), *Tax Revenue in the EU – The Economic Crises Affects the Relative shares of Tax Components*, Economy and Finance – Eurostat
- ✓ Yao, Rui, Wang, Feifei, Weagley, Robert, Liao, Li (2011), *Household Saving Motives: comparing American and Chinese Consumers*, Family & Consumer Sciences Research Journal, Vo. 40, nº1, pp 28-44

Anexos

Anexo 1: Receitas totais dos impostos e contribuições sociais



Anexo 2: Taxa máxima de imposto sobre o rendimento singular

	2000	2007	2008	Diferença 2000-2008
Portugal	40	42	42	2
Espanha	48	43	43	-5
França	59	45,8	45,8	-13,2
Reino Unido	40	40	40	0
Suécia	51,5	56,6	56,4	4,9
Hungria	44	40	40	-4
média EU 27	44,7	39,1	37,8	-6,9
média amostra	47,083333	44,566667	44,533333	-2,55

Anexo 3: Poupança Bruta (em % do rendimento disponível bruto)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	10,69	10,59	10,62	10,28	10,70	9,96	9,98	8,03	6,99	7,06	10,86	10,25	9,69	8,20	8,35
Espanha	11,98	11,05	10,99	11,11	12,12	10,98	10,82	10,23	10,37	13,49	18,52	13,90	11,58	10,65	11,05
França	14,37	14,10	14,75	16,01	15,00	15,44	14,39	14,61	15,11	15,26	16,17	15,63	15,92	16,36	16,33
Reino Unido	5,24	4,67	6,10	4,78	4,99	3,61	3,69	3,13	2,68	3,09	7,79	7,16	7,39	7,39	7,35
Suécia	4,25	5,82	9,86	9,68	8,58	7,59	6,93	7,83	10,11	11,77	13,96	11,42	12,51	13,25	13,45
Hungria	13,04	11,50	11,86	10,29	7,90	10,11	11,30	11,96	8,43	8,00	9,93	8,15			
média EU	12,07	11,28	12,22	12,04	11,97	11,57	11,34	11,03	11,01	11,36	13,44	12,06			
média amostra	9,93	9,62	10,70	10,36	9,88	9,62	9,52	9,30	8,95	9,78	12,87	11,09	11,42	11,17	11,31



Anexo 4: Poupança Líquida (em % do rendimento disponível líquido)													
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	3,90	3,79	3,76	3,25	3,64	2,79	2,75	0,39	-0,07	-0,82	3,23	2,49	1,39
Espanha	7,02	6,12	5,92	5,81	6,68	5,18	4,76	3,90	4,03	7,47	12,98	7,68	5,21
França	11,26	11,01	11,66	12,97	11,87	12,22	11,09	11,21	11,72	11,71	12,70	12,29	
Reino Unido	0,90	0,13	1,55	-0,07	0,28	-1,75	-1,50	-2,53	-3,13	-1,76	3,06	2,68	
Suécia	1,63	3,14	7,29	7,08	5,89	4,75	4,02	4,87	7,22	8,93	11,16	8,46	9,66
Hungria	7,85	6,16	6,70	5,28	2,90	5,37	6,68	7,23	3,34	2,74	4,52	2,49	
média EU	7,21	6,35	7,38	7,09	6,98	6,41	6,13	5,66	5,57	6,04	8,14	6,75	
média amostra	5,43	5,06	6,15	5,72	5,21	4,76	4,63	4,18	3,85	4,71	7,94	6,02	5,42

Anexo 5: PIB per capita PPS (index EU 27= 100)																	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	77	77	78	79	81	81	80	80	79	77	80	79	79	78	80	80	77
Espanha	91	92	93	95	96	97	98	100	101	101	102	105	105	104	103	100	99
França	116	114	114	115	115	115	115	115	111	110	110	108	108	107	108	108	107
Reino Unido	113	115	118	117	118	119	120	120	122	124	122	120	116	112	111	112	108
Suécia	125	125	124	123	126	128	122	122	124	126	122	123	125	124	120	124	126
Hungria	51	51	52	54	54	54	58	61	63	63	63	63	62	64	65	65	66
média EU	116	115	115	115	115	115	115	114	114	113	113	112	111	111	110	110	110
média amostra	96	96	97	97	98	99	99	100	100	100	100	100	99	98	98	98	97

Anexo 6: Despesa Fiscal em Benefícios Fiscais														
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IRS	404	405	464,5	488,2	527,9	569,4	382,3	229,8	362	304,6	350	380	364,3	202,5
valores em milhões de euros														
2011 - valor estimado 2012 - previsão														

Anexo 7: Public expenditure on old-age and survivors benefits									
	nível (% do PIB)					Variação (%)	nível (% da despesa pública)		Nível em termos liquidados (% do PIB)
	1990	1995	2000	2005	2007	1990-2007	1990	2007	2007
Portugal	4,9	7,2	7,9	10,3	10,8	119,8			10,2
Espanha	7,9	9	8,6	8,1	8	1,5		20,5	7,4
França	10,6	12	11,8	12,3	12,5	17,5	21,5	23,9	11,7
Reino Unido	4,8	5,4	5,3	5,6	5,4	11	11,6	12	5,1
Suécia	7,7	8,2	7,2	7,6	7,2	-6,8		14,1	5,3
Hungria			7,4	8,6	9,1			18,3	
média EU	6,1	6,7	6,9	7,1	7	14,5		16,5	6,2
média amostra	7,18	8,36	8,03	8,75	8,83	28,60		17,76	7,94

Anexo 8: Public and Private Expenditure on Pension (% do PIB)														
	Public Expenditure							Private Expenditure						
	1990	1995	2000	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	4,9	7,2	7,9	9,9	10,3	10,6	10,8	0,9	0,9	0,9	1	1	1,4	1
Espanha	7,9	9	8,6	8,1	8,1	8	8	0,4	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6
França	10,6	12	11,8	12,2	12,3	12,4	12,5							
Reino Unido	4,8	5,4	5,3	5,5	5,6	5,3	5,4	2,9	2,8	3	3,1	2,8	2,9	3,2
Suécia	7,7	8,2	7,2	7,7	7,6	7,3	7,2			1	1,1	1,3	1,2	
Hungria			7,4	8	8,6	8,7	9,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2
média EU	6,4	6,9	6,9	7,1	7,1	7	7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	2,1	2,3
média amostra	7,18	8,36	8,03	8,57	8,75	8,72	8,83	1,08	1,08	1,12	1,18	1,16	1,26	1,25

Anexo 9: Private voluntary social spending (% PIB)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Portugal	1,1	1,2	1,3	1,3	1,5	1,5	1,5	1,5
Espanha	0,3	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
França	2,4	2,4	2,4	2,5	2,6	2,7	2,6	2,6
Reino Unido	6,8	6,2	5,4	5,3	5,2	5,3	5,3	5,0
Suécia	2,1	2,2	2,3	2,4	2,3	2,5	2,5	2,5
Hungria	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
média EU	1,6	1,7	1,7	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8
média amostra	2,1	2,1	2,0	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1

Anexo 10: Old Age spending (% PIB)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Portugal	6,7	7,0	7,6	8,1	8,4	8,9	9,2	9,2
Espanha	8,2	8,0	8,0	8,0	7,9	8,0	6,5	6,5
França	10,5	10,5	10,4	10,6	10,7	10,9	10,9	11,1
Reino Unido	5,5	5,6	5,7	5,7	5,9	5,9	5,7	5,8
Suécia	9,1	9,1	9,2	9,8	9,6	9,4	9,2	9,0
Hungria	6,8	6,9	7,5	7,5	7,4	7,9	8,0	8,3
média EU	6,5	6,5	6,6	6,7	6,7	6,7	6,5	6,4
média amostra	7,8	7,9	8,1	8,3	8,3	8,5	8,3	8,3

Fonte: Dados provenientes do EUROSTAT